

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.746 - MG (2019/0008687-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : FDS ENGENHARIA DE OLEO E GAS S/A
ADVOGADOS : BRÁULIO CUNHA RIBEIRO E OUTRO(S) - MG053438
IGOR PEREIRA ARANTES - MG139321
RECORRIDO : FAM CONSTRUÇOES METALICAS PESADAS LTDA
ADVOGADO : CÁSSIO DE OLIVEIRA GONZALEZ E OUTRO(S) - SP224712

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por FDS ENGENHARIA DE OLEO E GAS S/A, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Na origem, a demanda versa sobre pedido de falência requerido por FAM CONSTRUÇOES METALICAS PESADAS LTDA contra FDS ENGENHARIA DE OLEO E GAS S/A. Julgado procedente o pedido, a ré foi condenada ao pagamento do valor cobrado, relativo à duplicata, de R\$ 101.859,00. Interposta apelação pela ré, negou-se provimento ao apelo.

Em sede de apelação, a Corte Estadual desproveu o reclamo nos seguintes termos:

APELAÇÃO CÍVEL - PEDIDO DE FALÊNCIA - CONVOLAÇÃO EM AÇÃO DE COBRANÇA - PRELIMINARES - ILEGITIMIDADE PASSIVA - REJEIÇÃO - INÉPCIA DA INICIAL - AUSÊNCIA - PROTESTO ESPECÍFICO - DESNECESSIDADE - EXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO - CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEIÇÃO - MÉRITO - EXIGIBILIDADE DA DÍVIDA - COMPROVAÇÃO. Nos termos do artigo 265 do Código Civil, "a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes." Comprovado que a parte Ré assumiu contratualmente a solidariedade por todos os pagamentos a serem efetuados pelo Consórcio, tem a mesma legitimidade para figurar no polo passivo da ação de falência fundada na impontualidade injustificada, convalidada em ação de cobrança. O posicionamento do C. Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o valor da dívida cobrada - superior a 40 (quarenta) salários mínimos - fundada em duplicata devidamente protestada, e o pedido de falência fundado em impontualidade injustificada, somados, afastam "a alegação de atalhamento do processo de execução/cobrança pela via falimentar". O STJ também já se manifestou que, quando o pedido falimentar se funda no art. 94, I, da Lei de Falências e Recuperação Judicial, se o título for protestado por falta de pagamento, dispensável será o protesto especial para fins falimentares. A Súmula 361 do Superior Tribunal de Justiça exige a identificação do recebedor da notificação do protesto para requerimento de falência da empresa devedora, o que foi obedecido pela Autora. O artigo 15 da Lei 5.474/68 dispensa o aceite expresso da duplicata, admitindo o aceite ficto, consistente em prova documental do recebimento de mercadorias ou prestação do serviço. Não há que falar em cerceamento de defesa se a prova é suficiente ao julga mento da demanda, sendo o

Magistrado o destinatário da prova. Comprovada a exigibilidade da duplicata devidamente protestada, bem como o cumprimento das obrigações contratuais, faz a Autora jus à cobrança do débito.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 524/531, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, ao artigo 94, I e § 3º, da Lei n.º 11.101/2005.

Sustenta, para tanto, que a ora recorrida não cumpriu os requisitos necessários relativos aos protestos dos documentos que autorizam o pedido de falência.

Aduz, ainda, divergência jurisprudencial quanto à impossibilidade da procedência do pedido de falência ante a ausência de identificação do recebedor da intimação do ato.

Contrarrazões (fls. 540/546, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 548/549, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Na espécie, a Corte local, quanto à alegação de que não houve o cumprimento dos requisitos relativos ao protesto dos documentos os quais embasam o pedido de falência, adotou os seguintes fundamentos (fl. 492, e-STJ):

Defende, ainda preliminarmente, a ausência da condição da ação, tendo em vista o protesto sem fim específico de falência e por indicação, o que não seria permitido por fazer mera indicação ao número dos boletos bancários.

Também sem razão o recorrente.

É que, o Superior Tribunal de Justiça também já se manifestou sobre a questão, decidindo que, em casos como o presente, em que o pedido falimentar se funda no art. 94, I, da Lei de Falências e Recuperação Judicial, se o título for protestado por falta de pagamento, dispensável será o protesto especial para fins falimentares:

(...)

Sendo assim, o aresto recorrido está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que *"é prescindível o protesto especial para a formulação do pedido de falência"* (REsp 1052495/RS, Rel. Min. Massami Uyeda, Terceira Turma, DJe 18/11/2009).

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ. FALÊNCIA. PROTESTO ESPECIAL. DESNECESSIDADE. RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO. IDENTIFICAÇÃO. SÚMULA N. 361-STJ. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O juízo prévio de admissibilidade do recurso especial não vincula o Superior Tribunal de Justiça.

2. "É prescindível o protesto especial para a formulação do pedido de falência." (REsp 1052495/RS, Rel. Min. Massami Uyeda, Terceira Turma,

DJe 18/11/2009)

3. "A notificação do protesto, para requerimento de falência da empresa devedora, exige a identificação da pessoa que a recebeu." Súmula n. 361 do STJ. Concluído pelo Tribunal local que houve a devida identificação, o reexame da questão esbarra no enunciado n. 7, da Súmula do STJ. Não se exige, ademais, que a pessoa identificada tenha poderes formais para o recebimento da referida notificação.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1016893/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 08/09/2011)

AGRAVO REGIMENTAL. FALÊNCIA. PROTESTO ESPECIAL. DESNECESSIDADE.

"É prescindível o protesto especial para a formulação do pedido de falência" (1.052.495/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJe 18.11.2009).

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1071822/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 08/04/2011)

2. Por fim, tem-se, também, evidenciada, na espécie, a impossibilidade de se conhecer do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c", do permissivo constitucional, porquanto, mesmo nestes casos, é necessária a indicação do dispositivo da legislação infraconstitucional federal sobre o qual recai a divergência, sob pena de atração da Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal, por aplicação analógica.

Nesse diapasão:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE E DE DEMONSTRAÇÃO DESSA DIVERGÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. RECURSO IMPROCEDENTE.

1. O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração dessa divergência mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, e 541, parágrafo único, do CPC), diante da incidência, por analogia, da Súmula n. 284 do STF: "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 60.415/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 27/08/2012)

Ademais, a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 1029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 157, § 3º, PRIMEIRA PARTE, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DESATENÇÃO AO ÔNUS DA DIALETICIDADE.

I - O recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal, exige a demonstração do dissídio jurisprudencial através da realização do indispensável cotejo analítico, para demonstrar a similitude fática entre o v. acórdão recorrido e o eventual paradigma (arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ), o que não ocorreu na espécie.

(...)

Agravo regimental parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido.

(AgRg no AREsp 1164414/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 11/04/2018)

E, ainda que fossem superados os óbices, no ponto, o Tribunal *a quo* consignou o seguinte (fl. 493, e-STJ):

Argumenta o Apelante, ainda, que estaria ausente a identificação do recebedor da intimação do protesto, o que é exigido por lei.

E, de fato, já se encontra sedimentado o entendimento jurisprudencial acerca da imprescindibilidade de identificação da pessoa que recebeu a notificação do protesto, para requerimento de falência da empresa devedora. Nesse sentido a Súmula 361 do Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Outrossim, como destacado pela Apelada, restou identificado o recebimento da notificação pelo Sr. Cieiton Bastos, conforme documento de fl. 275.

Logo, não há qualquer nulidade que possa ser arguida nesse sentido.

Dessa forma, além de o aresto recorrido encontrar apoio na orientação jurisprudencial firmada por esta Colenda Corte sobre a matéria, o que atrai a incidência do óbice contido na Súmula 83/STJ, para infirmar as conclusões a que chegou o Tribunal de origem, demandaria, necessariamente, o reexame das provas carreadas aos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária, a teor da Súmula 7/STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c súmula 568/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator